

Credores vinculam recursos ao FMI

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O comitê assessor dos bancos credores está exigindo algum tipo de vinculação entre a liberação de novos recursos e o cumprimento, pelo Brasil, das metas econômicas que constarão do acordo que o País fechará com o **FMI** (Fundo Monetário Internacional), revelou ontem técnico do governo que vem participando das negociações com os bancos internacionais.

A condicionalidade, informou, será apresentada à missão técnica brasileira na próxima semana, quando serão retomadas, em Nova York, as discussões de um acordo de médio e longo prazo com os bancos. A vinculação não deverá ser exigida pelo comitê assessor nos moldes tradicionais, pelas informações que puderam ser recolhidas nas últimas três semanas de negociações nos Estados Unidos, acrescentou.

Em acordos anteriores, os bancos só liberavam novos recursos ao Brasil depois do governo cumprir metas econômicas pré-estabelecidas num acordo formal com o **FMI**, manifestadas em carta de intenções.

A missão brasileira — disse o técnico — não possui detalhes, do lado dos bancos, de como poderia ser uma vinculação não tradicional de desembolsos às metas estabele-

cidas com o **FMI**, entretanto, o governo brasileiro instruirá seus técnicos, nesta semana, de como reagir à exigência do comitê de bancos credores. O negociador brasileiro não quis antecipar detalhes da reação brasileira, mas admitiu que o Brasil poderá aceitar a condicionalidade, desde que ela não seja mesmo tradicional.

O acordo com os bancos, com exceção da questão da vinculação, está praticamente fechado, disse o negociador. Reafirmou informações prestadas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de que resta agora a definição de detalhes jurídicos e técnicos.

Esses detalhes e a vinculação dos desembolsos devem estar definidos até o início de maio, previu o técnico. Depois disso, o acordo deverá ser divulgado, iniciando-se um prazo de dois meses, em que os mais de 700 bancos credores do Brasil deverão, ou não, aderir ao acordo fechado com o comitê assessor.

Durante esses dois meses, técnicos brasileiros poderão viajar para os Estados Unidos, Europa e Japão, para detalhar os pontos do acordo à massa de bancos credores, informou o negociador. No mesmo período, o ministro da Fazenda deverá viajar para a Europa e Estados Unidos para manter contatos com autoridades econômicas e os principais banqueiros, para explicar politicamente o acordo.